

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Sem marola

Com a eleição da Câmara logo ali, os líderes não querem saber de muitas propostas polêmicas em pauta neste semestre. A guerra do Orçamento e as eleições municipais, além das articulações de bastidores das duas Casas, prometem uma primavera com cara de verão em Brasília.

Veja bem

Mesmo no governo, a avaliação é de que qualquer proposta a ser discutida este semestre arrisca virar aumento de despesa, que já está difícil de cortar. Porém, o governo não escapará de renegociação das dívidas dos estados, uma das propostas prioritárias do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Teste de fogo

Com chapa puro-sangue na cidade de São Paulo, o PSB terá condições de, pela primeira vez, medir sua própria força na capital paulista, sem precisar do PT ou de outro partido de esquerda ou de centro. Se Tábata Amaral e Lúcia França chegarem a, pelo menos, 15% dos votos, será uma força consolidada.

Por falar em fogo...

O ex-presidente Jair Bolsonaro coloca a eleição de São Paulo como uma questão de honra para levar adiante seu plano de derrotar o PT no futuro próximo — ainda que não seja ele o candidato.

Lula discute, hoje, a PEC da Segurança Pública

Enquanto o Congresso aquece as turbinas lentamente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai aproveitar para arredondar as propostas que pretende encaminhar em breve. Hoje, por exemplo, o tema em discussão no Planalto será a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Segurança Pública, em análise na Casa Civil. A ideia é reunir os ministros que já foram governadores para avaliar o texto entregue ao Planalto pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. A ideia é ampliar o escopo da Polícia Rodoviária Federal para

hidrovias e ferrovias, transformando-a numa espécie de Polícia Federal ostensiva, conta com o apoio de parte desses ministros.

Alguns avaliam que a Força Nacional não tem estrutura para essa tarefa e só é usada em emergências. Mas uma PRF ampliada seria a saída para ajudar, inclusive, no patrulhamento de rios, que muitos ex-governadores consideram corredor para o tráfico de drogas e de armas. Não é a reunião final, mas, diante da necessidade de se organizar mais essas atribuições na área de segurança, será o grande passo para deixar o projeto mais sólido para envio ao Congresso.



CURTIDAS



“Chegou saindo”/ Assim alguns tucanos reagiram ao saber que José Luiz Datena (PSDB, **foto**), o candidato do partido a prefeito de São Paulo, disse com todas as letras ao portal G1 que “ainda hoje” o principal objetivo é ser senador. Foi um balde de água fria nos militantes que lutaram pela candidatura de Datena.

Plano Safra e SUS/ Da mesma forma que as autoridades da área de segurança planejam o SUS desse setor, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) busca o modelo do Plano Safra para a indústria. Desde o início deste governo já foram emprestados R\$ 115 bilhões, segundo o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa.

Por falar em Barbosa../ O ponto mais aplaudido de sua fala no seminário da Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre o futuro do setor no Brasil, foi a referência a países que são tão fortes no agro quanto na indústria, o que mostra que uma atividade não exclui a outra — tal e qual fazem, por exemplo, os Estados Unidos. “Podemos fazer as duas coisas”. A plateia de empresários gostou.

No embalo do biocombustível/ No seminário da CNI, um dos pontos destacados pelo vice-presidente da confederação, Leonardo de Castro, é que os biocombustíveis são uma das vocações do país para este século.

TRABALHO

Comissão do Senado aprova projeto de lei que isenta empresa do pagamento de FGTS e Previdência em caso de contratação de inativo

Estímulo para empregar aposentado

» EVANDRO ÉBOLI

Com o propósito de gerar emprego para os aposentados, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou, ontem, proposta isentando o pagamento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da contribuição previdenciária para esse segmento da população, em caso de contratação com carteira assinada. O governo orientou e votou contra por entender que a prioridade é geração de vagas para jovens até 24 anos, onde a taxa de desemprego é maior. O texto agora segue para o plenário da Casa.

Na matéria, foi incluída a obrigação do Sistema Nacional de Emprego (Sine) manter e divulgar a relação dos nomes de aposentados capacitados a retornar ao mercado. O projeto prevê que empresas com até 10 empregados podem contratar um aposentado e obter a isenção do FGTS e da contribuição do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Se a firma tiver entre 11 a 20 empregados, está autorizada a contratar dois desses trabalhadores. No caso de empresas maiores, a isenção é limitada a 5% do total de funcionários. A relatora na comissão, senadora Margareth Buzetti (PSD-MT), incluiu a emenda para limitar a contratação de aposentados pelas grandes empresas para não prejudicar geração de emprego para os jovens.

Pelo texto, no momento da demissão do aposentado, a empresa não terá de pagar o FGTS, como será dispensada da indenização de 40% sobre todos os depósitos realizados durante a vigência do contrato. O projeto é de autoria do ex-senador Mauro Carvalho Júnior.

Fotos: Edilson Rodrigues/Agência Senado



Entendo o espírito da origem do projeto, mas chamo a atenção de que, na verdade, nosso problema maior é, exatamente, a garotada até 24 anos, que tem uma taxa de desemprego que vai de 17% a 30%”

Senador Jaques Wagner (PT-BA), contrário ao projeto

Prioridade

O governo se posicionou contrariamente por entender que a prioridade é a contratação de jovens, cujo índice de desemprego é considerado alto. “Hoje, a taxa de desemprego na faixa acima de 60 anos é de 3%. Para jovens até 17 anos, é de 30%. Entendo o espírito da origem do projeto, mas chamo a atenção de que, na verdade, nosso problema maior é, exatamente, a garotada até 24 anos, que tem uma taxa de desemprego que

vai de 17% a 30%”, explicou o senador Jaques Wagner (BA), líder do PT no Senado.

Porém, para o senador Flávio Azevedo (PL-RN), jovens e aposentados não concorrem para as mesmas vagas no mercado de trabalho. “A faixa de menos idade possui habilidades diferentes da faixa etária a partir dos 60 anos. Elas não competem. Hoje, a maioria dos funcionários de empresas privadas com 60 anos estão aposentados, mas no auge da capacidade produtiva. O trabalhador



A faixa de menos idade possui habilidades diferentes da faixa etária a partir dos 60 anos. Elas não competem. Hoje, a maioria dos funcionários de empresas privadas com 60 anos estão aposentados, mas no auge da capacidade produtiva”

Senador Flávio Azevedo (PL-RN), favorável ao texto

com 60 anos está apto, mais do que todos, a exercer funções dentro da empresa privada”, afirmou Azevedo.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, do final de 2022, no último levantamento do Código Brasileiro de Ocupação (CBO), apontavam que o país encerrou aquele ano com cerca de três milhões de empregados com idades entre 60 a 90 anos. A grande maioria, 2,7 milhões, se encontrava na faixa etária entre 60 a 70 anos.

Por profissão, a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) lista que, desse total, 155 mil são faxineiros; 136 mil são assistentes administrativos; 91 mil são motoristas de caminhão; 79 mil são auxiliares de escritório e trabalhadores de serviços de limpeza e conservação. Estão nessa relação milhares de porteiros de edifícios, cozinheiros, vigias e pedreiros. Por esses dados oficiais, o país registra 314 mil trabalhadores entre 70 a 80 anos e outros 22 mil acima dos 80 anos.

Licença: STF suspende julgamento

» JULIANA SOUSA*

Devido a um pedido de vista do ministro Flávio Dino, o Supremo Tribunal Federal suspendeu, ontem, o julgamento a ação que pede equiparação da licença maternidade entre as servidoras e as trabalhadoras celetistas. Por enquanto, somente o relator, ministro Alexandre de Moraes, votou e decidiu por equiparar o tempo de gozo das licenças maternidade e adotante das servidoras, mas negou a equiparação com as empregadas formais.

A ação foi protocolada pela Procuradoria-Geral da República em outubro de 2023. A licença maternidade concedida para as celetistas é garantida pela Consolidação das Leis de Trabalho — 120 dias para as gestantes, com a possibilidade de prorrogação de mais 60 dias caso a empresa participe do programa Empresa Cidadã. O serviço público, porém, é regido pela Lei 8.112/90, que garante, na prática, os 180 dias.

Mas para as servidoras que optam pela adoção, o afastamento é de 90 dias, que pode variar em função da idade da criança. Segundo os estatutos dos Servidores Públicos e do Ministério Público, a adotante de um bebê com de menos de um ano tem direito de 90 dias. Só que se a criança tiver mais de um ano de idade, esse afastamento diminui para 30 dias.

*Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi